

Consumidor vai pagar R\$ 19 bilhões em 'subsídio' ao setor elétrico este ano

Consumidor vai pagar R\$ 19 bilhões em 'subsídio' ao setor elétrico este ano

Suficiente para construir duas hidrelétricas, valor ajudará governo a cumprir meta de superávit e bancar térmicas no Norte do País

Renée Perreira

O brasileiro deve pagar este ano R\$ 19 bilhões na conta de luz só para bancar o sistema elétrico brasileiro – R\$ 1,4 bi a mais que em 2010. Com esse dinheiro, seria possível construir duas novas hidrelétricas nos moldes de Santo Antônio (3.150 MW) e Teles Pires (1.820 MW). Mas, ao contrário disso, uma parte dos recursos vai ajudar o governo a cumprir a meta de superávit primário. Outra será usada para subsidiar térmicas do Norte do Brasil, fontes alternativas e funcionamento da agência regula-

dora, entre outros custos.

São os famosos encargos setoriais, que a cada ano ganham novas atribuições e pesam no bolso do consumidor (representam 18% da conta de luz). Os cálculos foram feitos pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), mas podem sofrer algumas alterações até março, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicará os números oficiais. “Fomos bastante conservadores nas projeções. O mais provável, considerando o movimento dos últimos anos, é que os valores subam ao invés de

cair”, destaca o assessor da Abrace, Fernando Umbria.

Entre 2001 e 2011, a arrecadação dos encargos setoriais quase triplicou, de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 17,8 bilhões. Apenas nos últimos dois anos, houve uma escalada de 36%. Nesse período, o encargo que mais cresceu foi o da energia de reserva. Esse tributo foi criado para bancar a contratação de usinas que funcionam para preservar o reservatório das hidrelétricas.

“Enquanto a eólica entra em operação, por exemplo, a hidrelétrica guarda água para momentos mais secos”, explica Umbria. Esse “seguro” custava em 2009

R\$ 31 milhões para o consumidor. Em 2010, saltou para R\$ 312 milhões e, em 2011, para cerca de R\$ 500 milhões – valor que deve repetir-se neste ano.

Mas o grande vilão dos encargos elétricos é a Conta de Consumo de Combustível (CCC), criada para subsidiar a energia produzida pelas térmicas do Norte, fora do sistema interligado. Lá, as usinas funcionam com óleo combustível e são extremamente caras. Para não pesar no bolso do consumidor local, todo brasileiro contribui com uma quantia na conta de luz.

Sozinha, a CCC responde por quase um terço do volume arre-

● Alternativa

FERNANDO UMBRIA

ASSESSOR DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GRANDES CONSUMIDORES INDUSTRIAIS DE ENERGIA E DE CONSUMIDORES LIVRES (ABRACE)

“Enquanto a eólica entra em operação, a hidrelétrica guarda água para momentos mais secos”

cadado pelo governo com encargos do setor. Em 2011, a estimativa é que o brasileiro tenha desembolsado R\$ 5,1 bilhões. Neste ano, o valor deve saltar para R\$ 6 bilhões. Com maior interligação

dos Estados com o resto do País, por meio de linhas de transmissão e hidrelétricas na região, a tendência natural seria, aos poucos, o encargo desaparecer.

Mas, em vez de ser extinta, a cobrança ganhou novas atribuições. Desde 2009, ela subsidia não só os combustíveis como também cobre o custo dos contratos de energia e potência dos sistemas isolados, o custo de manutenção e operação, o custo dos investimentos e os tributos incidentes sobre combustíveis usados nas térmicas no Norte.

“Nossa carga tributária (36% do PIB) é a mais elevada entre os emergentes. Na conta de luz, o

incômodo é ainda maior. Chega a 45%”, diz o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales. Na avaliação dele, o governo criou um monstro, que tem tirado a competitividade do País.

Superávit. Um exemplo, diz ele, é a Reserva Global de Reversão (RGR), administrada pela Eletrobrás. O encargo existe há mais de 50 anos e foi criado para garantir recursos em casos de indenizações pelo retorno de concessões à União. A exemplo da CCC, a RGR também ganhou novas atribuições. Hoje os recursos recolhidos podem ser usados para uma série de atividades, como financiamentos de proje-

tos de geração e transmissão e a universalização dos serviços de energia. Era para ser extinta em 2010, mas foi prorrogada até 2035. Boa parte do dinheiro fica parado num fundo do Banco do Brasil e não pode ser mexido – é usado no superávit primário.

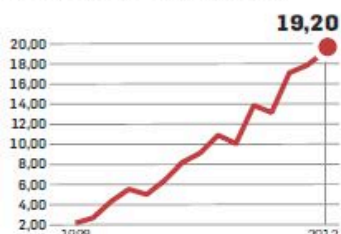
Situação semelhante ocorre com a taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica criada para financiar a Aneel. “O governo repassa apenas metade do valor arrecadado. Em 2009, por exemplo, recolheu R\$ 380 milhões e só repassou R\$ 180 milhões para a agência. Se a Aneel não precisa do dinheiro, que não cobre dos consumidores”, diz Sales.

CUSTOS ELEVADOS

EM BILHÕES DE REAIS

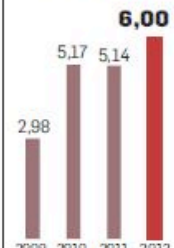
O peso dos encargos

Arrecadação de encargos cresce e onera o bolso do consumidor

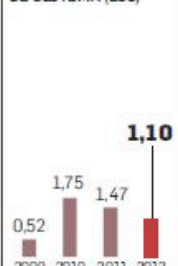


Por encargos

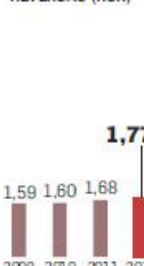
CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS (CCC)



ENCARGO DE SERVIÇOS DE SISTEMA (ESS)



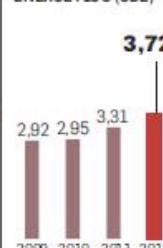
RESERVA GERAL DE REVERSÃO (RGR)



PROINFA



CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO (CDE)



ENERGIA DE RESERVA



ALGUNS ENCARGOS

- **Conta de Consumo de Combustível (CCC)**

É usada para subsidiar a geração de energia de térmicas movidas a óleo combustível nos sistemas isolados no Norte do País. Deve somar R\$ 6 bilhões este ano.

- **Reserva Global de Reversão (RGR)**

Deveria ter sido extinta em 2010, mas foi prorrogada até 2035. Parte do dinheiro é usada para financiar projetos de geração e de universalização dos serviços de energia. Uma outra fatia fica depositada em fundo do Banco do Brasil e normalmente é usada para a formação do superávit primário. **Calcula-se que entre créditos a receber e valores guardados, a conta soma R\$ 16 bilhões.**

- **Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa)**

Foi criado na última década para ajudar a tirar usinas eólicas, de biomassa e PCHs do papel. Com a entrada em operação das unidades, o valor arrecadado vem subindo gradualmente. No ano passado, foram recolhidos R\$ 2,06 bilhões do consumidor.

*

Análise: João Carlos Mello

O contraditório da energia

O excesso de encargos e tributos é um dos principais problemas do setor elétrico na atualidade. Como distribuidoras e consumidores têm mostrado em diversas ocasiões, as cobranças chegam a responder por cerca de metade das contas de luz. Essa situação cria uma contradição em relação à nossa matriz elétrica: pouco adianta dispormos da geração de energia por meio de hidrelétricas – o formato mais barato para produção de eletricidade em larga escala –, se inflacionamos as contas de luz com cobranças diversas, colocando-as entre as mais altas do mundo.

Para resolver essa equação, é preciso analisar se realmente as cobranças são necessárias. Tome-mos o caso da Reserva Global de Reversão (RGR), criada nos anos 1950 para cobrir os custos associados à reversão de concessões do setor elétrico ao órgão concedente. Até hoje, não há registro do uso de recursos do encargo para sua finalidade original. E, neste momento em que se discute exatamente a questão do vencimento de concessões, somos informados de que os cerca de R\$ 16 bilhões que estariam disponíveis não são suficientes para cobrir os custos das reversões apresentados pelas empresas.

Some-se a essa questão a falta de transparência na destinação dos recursos. Isso porque, além de criar encargos, nosso Legislativo tem o grave costume de ampliar as funções para as quais são destinados. Esse é o caso do Projeto de Lei 2116/11, que propõe o uso de pelo menos 15% da RGR para os municípios custearem a manutenção das redes de iluminação pública, uma vez que esses ativos serão transferidos para seu controle. A intenção parece até boa, pois a maioria dos municípios terá dificuldades para assumir essa responsabilidade. A questão é que esse tipo de medida serve apenas para aumentar a confusão e a falta de transparência do setor elétrico, impedindo que os consumidores saibam por que estão pagando e dificultando a fiscalização. Soluções dedicadas a problemas específicos sempre são melhores do que a utilização de recursos existentes com objetivos diferentes.

Certamente esse tipo de comportamento de nossos governantes se deve à facilidade de arrecadar recursos por meio das contas de energia. Afinal, o serviço tem ampla difusão e o consumidor já aprendeu: se não pagar a conta, o funcionário vem cortar. Mas, considerando as pretensões do nosso país continuar avançando em termos econômicos e sociais, esse tipo de lógica é inaceitável. É preciso combatê-la para que nossas contas de luz possam ocupar sua posição correta no ranking mundial: entre as mais baixas.

*

JOÃO CARLOS MELLO É PRESIDENTE DA ANDRADE & CANELLAS.



Aplicações. Recursos da Reserva Global de Reversão podem financiar projetos de geração e transmissão de energia e universalização dos serviços de energia

Suficiente para construir duas hidrelétricas, valor ajudará governo a cumprir meta de superávit e bancar térmicas no Norte do País

Renée Pereira, de O Estado de S. Paulo - O brasileiro deve pagar este ano R\$ 19 bilhões na conta de luz só para bancar o sistema elétrico brasileiro - R\$ 1,4 bi a mais que em 2011. Com esse dinheiro, seria possível construir duas novas hidrelétricas nos moldes de Santo Antônio (3.150 MW) e Teles Pires (1.820 MW). Mas, ao contrário disso, uma parte dos recursos vai ajudar o governo a cumprir a meta de superávit primário. Outra será usada para subsidiar térmicas do Norte do Brasil, fontes alternativas e funcionamento da agência reguladora, entre outros custos.

São os famosos encargos setoriais, que a cada ano ganham novas atribuições e pesam no bolso do consumidor (representam 18% da conta de luz). Os cálculos foram feitos pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), mas podem sofrer algumas alterações até março, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicará os números oficiais. "Fomos bastante conservadores nas projeções. O mais provável, considerando o movimento dos últimos anos, é que os valores subam ao invés de cair", destaca o assessor da Abrace, Fernando Umbria.

Entre 2001 e 2011, a arrecadação dos encargos setoriais quase triplicou, de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 17,8 bilhões. Apenas nos últimos dois anos, houve uma escalada de 36%. Nesse período, o encargo que mais cresceu foi o da energia de reserva. Esse tributo foi criado para bancar a contratação de usinas que funcionam para preservar o reservatório das hidrelétricas.

"Enquanto a eólica entra em operação, por exemplo, a hidrelétrica guarda água para momentos mais secos", explica Umbria. Esse "seguro" custava em 2009 R\$ 31

milhões para o consumidor. Em 2010, saltou para R\$ 312 milhões e, em 2011, para cerca de R\$ 500 milhões - valor que deve repetir-se neste ano.

Mas o grande vilão dos encargos elétricos é a Conta de Consumo de Combustível (CCC), criada para subsidiar a energia produzida pelas térmicas do Norte, fora do sistema interligado. Lá, as usinas funcionam com óleo combustível e são extremamente caras. Para não pesar no bolso do consumidor local, todo brasileiro contribui com uma quantia na conta de luz.

Sozinha, a CCC responde por quase um terço do volume arrecadado pelo governo com encargos do setor. Em 2011, a estimativa é que o brasileiro tenha desembolsado R\$ 5,1 bilhões. Neste ano, o valor deve saltar para R\$ 6 bilhões. Com maior interligação dos Estados com o resto do País, por meio de linhas de transmissão e hidrelétricas na região, a tendência natural seria, aos poucos, o encargo desaparecer.

Mas, em vez de ser extinta, a cobrança ganhou novas atribuições. Desde 2009, ela subsidia não só os combustíveis como também cobre o custo dos contratos de energia e potência dos sistemas isolados, o custo de manutenção e operação, o custo dos investimentos e os tributos incidentes sobre combustíveis usados nas térmicas no Norte.

"Nossa carga tributária (36% do PIB) é a mais elevada entre os emergentes. Na conta de luz, o incômodo é ainda maior. Chega a 45%", diz o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Na avaliação dele, o governo criou um monstro, que tem tirado a competitividade do País.

Superávit. Um exemplo, diz ele, é a Reserva Global de Reversão (RGR), administrada pela Eletrobrás. O encargo existe há mais de 50 anos e foi criado para garantir recursos em casos de indenizações pelo retorno de concessões à União. A exemplo da CCC, a RGR também ganhou novas atribuições. Hoje os recursos recolhidos podem ser usados para uma série de atividades, como financiamentos de projetos de geração e transmissão e a universalização dos serviços de energia. Era para ser extinta em 2010, mas foi prorrogada até 2035. Boa parte do dinheiro fica parado num fundo do Banco do Brasil e não pode ser mexido - é usado no superávit primário.

Situação semelhante ocorre com a taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica criada para financiar a Aneel. "O governo repassa apenas metade do valor arrecadado. Em 2009, por exemplo, recolheu R\$ 380 milhões e só repassou R\$ 180 milhões para a agência. Se a Aneel não precisa do dinheiro, que não cobre dos consumidores", diz Sales.